



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/DIREX/PF

ANEXO IB
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

1. TREINAMENTO DA TRIPULAÇÃO

1.1. A contratada deverá propiciar, sob seu total ônus, exceto passagens aéreas, hospedagem e alimentação, o treinamento de adaptação em centro de treinamento próprio ou instituição indicada pela fabricante ou sua representante, do modelo ofertado para 2 (dois) pilotos e 1 (um) fiscal/gestor de manutenção indicados pelo Contratante, por aeronave adquirida.

1.2. O treinamento de adaptação para os pilotos deverá conter conhecimentos técnicos teóricos e práticos de voo (mínimo de seis horas de voo em aeronave semelhante de propriedade do fornecedor ou em simulador nível D), requeridos para operação de aeronave tipo objeto desta especificação, que assegurem a máxima proficiência de pilotagem e a condução segura da aeronave durante emergências previstas no Manual de Voo do modelo, conforme previsto pelo fabricante e de acordo com as exigências legais da Agência Nacional de Aviação Civil.

1.3. O treinamento teórico deverá abranger o Ground School do fabricante acrescido de treinamento específico teórico de operação dos equipamentos de aviônicos e acessórios ofertados, de modo a garantir o pleno conhecimento dos sistemas pelos pilotos.

1.4. O treinamento para os fiscais/gestores de manutenção deverá conter conhecimentos teóricos de célula, motor, aviônicos e acessórios.

1.5. A realização do treinamento de pilotos será em centro de treinamento próprio ou instituição indicada pela fabricante ou sua representante e deverá ser concluído até o recebimento definitivo da aeronave, conforme cronograma e forma a ser entregue à CAOP, da seguinte forma:

Programa de Treinamento Operacional Teórico e Prático, que recepcione os atuais pilotos de asa fixa da Polícia Federal para iniciarem o treinamento na referida aeronave, nos termos da seção 153(a) do RBAC 90, estando aptas qualquer das seguintes entidades:

- (1) Centro de Treinamento de Aviação Civil-CTAC certificados conforme o RBAC nº 142 (<https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/regulados/organizacoes-de-instrucao/centros-de-treinamento>);
 - (2) Centro de Instrução de Aviação Civil-CIAC certificados conforme o RBHA 141, ou RBAC que venha a substituí-lo;
 - (3) o fabricante da aeronave;
 - (4) a UAP internacional; ou
 - (5) as Forças Armadas ou autoridade de investigação SIPAER.
- Esse treinamento deverá compreender todo o conhecimento teórico e prático necessários para um planejamento de voo e pilotagem segura da aeronave a ser operada, compreendendo para os pilotos a realização de Ground School para familiarização com os sistemas do avião, instrução de CPT (Cockpit Procedures Training) e/ou treinamento em simuladores de voo (FSTD - Flight Simulator Training Devices) para as condições normais e anormais de voo, além das situações emergenciais previstas para o Tipo de aeronave, treinamento este, que deverá ser homologado de acordo com o fabricante e a autoridade aeronáutica brasileira.
- Previamente à fase do currículo de solo e instrução em possível dispositivo de treinamento para simulação de voo FSTD (flight simulation training device) da aeronave a ser operada, é recomendável providenciar a instrução teórica dos mesmos pilotos indicados pela SSA nas instalações do CTAC.
- É recomendável que as horas técnicas de treinamento em simulador de voo, caso seja nessa modalidade, deverão ser realizadas em equipamento, no mínimo classe "D", referente ao modelo da aeronave a ser fornecido, com sistema de movimentação total (Full Flight Simulator, Full Motion, "D" Class), para que permita o total aproveitamento dos conhecimentos da aeronave.

1.6. O cronograma e a forma de treinamento deverá ser submetido à aprovação da comissão de fiscalização e recebimento do equipamento em até, no mínimo, 90 dias corridos anteriores à data inicial prevista para os cursos, a fim de se cumprirem as formalidades internas da Polícia Federal relativos ao envio de seus servidores ao centro de treinamento responsável pelos cursos, principalmente se este se localizar em país estrangeiro.

1.7. Caso os cursos sejam ministrados em língua estrangeira, a CONTRATADA deverá disponibilizar um tradutor intérprete para a língua portuguesa.

1.8. A Polícia Federal será responsável pelas despesas com diárias e passagens aéreas nacionais e/ou internacionais dos pilotos indicados pela Coordenação de Aviação da PF para os cursos e treinamentos.

1.9. A comissão de fiscalização e recebimento do equipamento comunicará à contratada ou sua representante, previamente, os nomes dos tripulantes e fiscal gestor de manutenção mediante contato com o preposto da CONTRATADA.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO SILVA DE ARAUJO**, Agente de Polícia Federal, em 02/10/2025, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **OBERALDO BARBOSA DE MEDEIROS**, Agente de Polícia Federal, em 02/10/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=76621092&crc=91B8C4F1.
Código verificador: **76621092** e Código CRC: **91B8C4F1**.